

O ESPAÇO PÚBLICO E AS DISCIPLINAS, OU O RELATIVO DESAPARECIMENTO DA SOCIOLOGIA DAS GRANDES CENAS MEDIÁTICAS¹

José Rodrigues dos Santos²

O presente trabalho parte da constatação do relativo apagamento da Sociologia na esfera pública, nomeadamente mediática (mas não só). O fenómeno é profundo, omnipresente, e largamente reconhecido como tal, não só em Portugal, como em países como a França e no mundo anglo-saxónico. Relativa, essa menor visibilidade é-o por comparação com a capacidade de aceitação e portanto de presença de que beneficiam a História e a Filosofia, para restringir por ora o campo da análise, que não pode em rigor limitar-se a elas. Além da visibilidade mediática no quotidiano, é a existência e o alcance intelectual, cultural, político, de "intelectuais públicos" que se pronunciam e são escutados sobre as grandes questões do momento. Cumpre pois escrutinar os campos disciplinares a que pertencem esses intérpretes dos tempos e sugerir elementos de explicação para a fraca presença de sociólogos entre os "intelectuais públicos".

A HISTÓRIA, UMA CIVILIZAÇÃO

O lugar eminente da História no espaço público europeu e naturalmente também em Portugal decorre sem grandes enigmas do seu estatuto civilizacional. Não esqueçamos a distinção proposta por Cl. Lévi-Strauss entre sociedades "frias" e "sociedades "quentes", distinção na qual o operador é a existência de História, vivida como tal. Em vez de falar de sociedades "primitivas", esquecendo o facto que todos os humanos têm a mesma antiguidade, Lévi-Strauss fala de sociedades com História ou sem História.

Por seu turno, Jack Goody insistia que o "Great Divide" - o contraste entre as culturas e sociedades "históricas" ou não, tinha a sua origem na utilização da escrita (Goody 1977; Goody 1986). As sociedades sem História não contam o tempo e optaram por projectar num passado mítico, o único que os preocupa, os mitos de origem, que fixam esse passado uma vez por todas. As sociedades com História, pelo contrário, alimentam uma preocupação constante com o seu passado, cuja investigação, mais ou menos apetrechada, obedece à vontade saber quem foram, com o postulado inicial, que é o seu passado que lhes esclarece o presente e permite, à maneira de adivinhação, prever o futuro.

Nesse caminho, a escrita preenche uma função eminente. As sociedades europeias dedicaram um esforço contínuo, provavelmente sem equivalente pela sua intensidade, à constituição de arquivos e ao seu estudo, subordinando-o desde muito cedo a regras

¹ Texto aceite para o volume que assinala os 30 anos do Mestrado de Sociologia, Universidade de Évora.

² Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, CIDEHUS, Universidade de Évora. This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology (FCT), under the project UID/00057/2025 - <https://doi.org/10.54499/UID/00057/2025>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto UID/00057/2025 <https://doi.org/10.54499/UID/00057/2025>

exigentes. Elas deram, por opção civilizacional profunda, um lugar decisivo à História, que havia por conseguinte de desempenhar um papel de primeiro plano na constituição das consciências nacionais que preparavam, acompanharam a construção dos Estados-Nação contemporâneos e lhes deram substância cultural e social.

HISTÓRIA: ROMANCES NACIONAIS E ESPAÇO PÚBLICO

A co-construção do objecto da Historia, a "Nação", e da materialidade do objecto na realidade *out-there*, torna essa realidade para sempre *histórica* no duplo sentido que dissemos: a criação narrativa da realidade nacional. Apesar das realidades nacionais estarem há muito consolidadas, o regresso dos historiadores à questão da identidade nacional no último quartel do século vinte, demonstra a que ponto a construção permanece inacabada, se torna, de novo em parte problemática... e permanece uma preocupação no presente. Obras como *L'identité de la France*, que F. Braudel declinou em dois volumes (Braudel 1986)³ e a *A identidade nacional* de José Mattoso (Mattoso 1998), coroação, uma como a outra das vastas carreiras dos dois autores e imensos sucessos de difusão, exemplificam a permanência desse processo sempre inacabado de retroacção entre a realidade e a narrativa da realidade. O Passado torna-se fonte inesgotável de interrogação das identidades nacionais cujo principal recurso é a diferença: Nós e os Outros. Partindo, como toda a cultura erudita, de elites sociais restritas, a narrativa histórica procedeu desde muito cedo à elaboração dos romances nacionais (pensem, por um exemplo, em Herculano (Herculano 1980) e teve uma difusão relativamente rápida e extensa a camadas sociais alargadas com o progresso da literacia e a influência decisiva dos programas escolares oficiais. Em todos os países europeus, como em Portugal, a História acompanha a emergência de literaturas nacionais que, ao mesmo tempo que cinzelavam as respectivas línguas, se tornam frequentemente câmaras de eco das teses trabalhadas pela História, assim tornadas acessíveis às massas. Ao ter como domínio próprio e quase exclusivo o passado, a História torna-se particularmente adequada à satisfação da sede de compreensão do presente em função do que antecedeu. Na Europa, e o caso português não é excepção, a característica já referida de abrangência nacional dá-lhe um carácter sintético que permite situar o particular numa perspectiva geral⁴. A dinâmica ideológica e social que gera o recurso constante a uma visão alargada à sociedade nacional global é reforçada pela dimensão cronológica longa. Desde os primeiros grandes historiadores contemporâneos, a História utilizou a profundidade temporal para construir narrativas de continuidade - muitas vezes imaginada -, das nações desde as épocas mais recuadas. Em Portugal, Herculano, Oliveira Martins e tantos outros, recuam até onde os documentos melhor ou pior permitem aceder. O papel das "origens" (e de "Portugal antes de Portugal"), apesar da desconfiança de Marc Bloch quanto ao "fascínio das origens" (Bloch 1949), persiste ainda nos finais do século vinte e no século vinte e um, com obras tão importantes como as de José Mattoso (Mattoso 1992-1994). O movimento de dupla extensão das temáticas e das narrativas históricas, no espaço

³ Póstumos; os dois primeiros em 1986. Braudel, Fernand. *L'identité de la France. Tome 1 : Espace et histoire*. Paris : Arthaud-Flammarion, 1986; - *L'identité de la France. Tome 2 : Les hommes et les choses*. Paris : Arthaud-Flammarion, 1986.

⁴ O que não exclui, antes pressupõe, os estudos de objectos restritos, particulares, e das monografias que serão a base *sine qua non* das grandes sínteses.

nacional (e para além dele) e no tempo - as "origens" da nacionalidade, as suas vicissitudes (e antes dela, os predecessores), permitem à História fornecer às consciências nacionais inquietas o sentido da coerência dos acontecimentos apesar das desordens, das crises que as assolam e das divergências entre interpretações concorrentes, e dar sentido às identidades. Fenómeno civilizacional europeu, como já se disse, a mobilização da História pelas diversas nações europeias na construção dos respectivos "romances nacionais" (Pierre Nora) teve decerto desafios diversos consoante a situação das nações ou quase-nações que servem. Para Portugal a narrativa estava de certo modo facilitada pela estabilidade territorial, pela relativa unidade cultural e pela continuidade do Estado português desde a Idade Média. E a "invenção"⁵ de Afonso Henriques e da sua gesta mítica enquanto fundador da realeza portuguesa, a par com a dos mitos Lusitanos⁶, conheceram um sucesso imediato e duradouro. A "identidade portuguesa", "lusitana" e afonsina ficou enraizada nos espíritos, cuidadosamente cultivada e repetida nos livros escolares e na literatura. Sem o trabalho dos medievalistas, o baronete chefe de guerra auto-proclamado "Rex" não teria ganho a consistência simbólica e afectiva que lhe conhecemos.

Os historiadores franceses tinham uma tarefa mais árdua: justificar a existência da "França antes da França", sabendo que o processo complexo e em nada inevitável dependeu da acção de um Estado central conquistador que teve que integrar nações ou pré-nações tão distintas culturalmente (e historicamente) como a Occitânia, a Bretanha, a Flandres, o País Basco, a Alsácia-Lorena de substrato germânico, o Dauphiné, Nice, etc. Os românticos como Jules Michelet (1798-1874)⁷, e os "imperialistas", entre os quais Ernest Lavisse, a quem Pierre Nora trata de "instituteur des français"⁸, monstros sagrados culturais ainda hoje intocáveis, assumiram a narrativa do "romance" como a marcha contínua da realização do *destino* da Nação Francesa. Desde o mito de "Clóvis primeiro rei de França" (o que foi na realidade o Rei dos Francos, tribo minoritária à escala do território do Estado francês moderno, minoria étnica germânica cuja dominação estava centrada num espaço reduzido na região de Paris e a Norte), a Carlos Magno e daí, logicamente a Luís XIV e, para Lavisse, Napoleão, a História impôs uma visão ideológica fortíssima e conquistou um espaço cultural de primeiro plano na consciência colectiva francesa⁹. Esse lugar dá-lhe, hoje anda, uma visibilidade e uma legitimidade sem par na assunção do papel de "intelectual público" que Pierre Nora reivindica para si, o de "Historiador Público" (Nora 2011).

INTELECTUAIS PÚBLICOS À PROCURA DE UMA NAÇÃO ALEMÃ

⁵ Utilizo aqui o termo no sentido que lhe dão os arqueólogos: "inventor" é o que descobre e publica um novo elemento documental, gruta ornada, gravura, túmulo...

⁶ É certo que uma pequena sociedade pré-romana "Lusitana" terá existido. Refiro-me ao processo de produção ideológica que retém esse elemento da história peninsular para a partir dele desenvolver uma identidade imaginada,

⁷ A sua *Histoire de France* em quatro fortes volumes, publicada entre 1833 e 1840 tornou-se um monumento da identidade francesa, reconhecida pelos grandes historiadores contemporâneos (entre os quais, Braudel e Nora). Deve-se-lhe a valorização da até então pouco estudada *Jeanne D'Arc*, que havia de ter um futuro de primeiro plano na identidade francesa e nos identitarismos.

⁸ Pierre Nora joga, para qualificar Lavisse (1842-1922), autor dos manuais escolares oficiais de *Histoire de France* que serviram numerosas gerações (desde a primeira edição em 1884 até aos anos 1950), com a dupla valência do termo "instituteur", simultaneamente designação antiga do professor primário e agente de Estado que *institui* os franceses *enquanto tais*.

⁹ O paralelo com o processo de construção português (Lusitanos + Afonso Henriques) é notável.

Os historiadores dos espaços de língua germânica, conjunto de populações sem Estados modernos, ou governadas por Estados regionais até muito tarde no século XIX¹⁰, tinham um problema diferente, tratando-se de - para reutilizar a expressão de P. Nora -, construir um "romance nacional". Ao contrário dos franceses que projectam no passado a unidade que mais não era que a problemática criatura, produto da acção do Estado central francês¹¹, os historiadores alemães partem da ideia de unidade étnica e desde logo, linguística. Com uma base intelectual e afectiva diferente da que vingou em França e em Portugal, a elaboração do romance nacional alemão ficou a dever o essencial da sua consistência ao trabalho da História¹². O papel central da História continuou ao longo do atribulado século vinte, quando a grandeza alemã foi derrotada em 1918 e destroçada, com a própria identidade, em 1945. Na crise de identidade alemã, os historiadores alimentaram debates que nos interessam aqui sobretudo pelo largo envolvimento do(s) público(s) ao que estava em jogo: a revisão da memória, a reavaliação do passado tal como tinha sido contado. Conhecida como a "Historikerstreit", a querela dos historiadores opunha duas visões do passado mais traumático da história alemã: o período nazi, os seus antecedentes, etc. O que estava em causa era refundar um mito nacional construído contra a herança racialista, essenciaista herdada do século XIX e "purificada" da sua instrumentalização pelo nazismo.¹³ O lugar que a História ocupou nessa crise intelectual foi obviamente central, e Habermas forja a noção de "uso público da história"

Habermas durante a "querela" (Historikerstreit, 1986-1987). Querela despoletada a partir da publicação de um artigo de Ernst Nolte (1923-2016) no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), no qual defendia uma tese sobre o nazismo que inseria esse facto histórico numa série de outros (ex. Gulague), supostos serem da mesma ordem, o que levou os seus adversários a acusarem-no de o "banalizar". O que estava em causa era a "Alemanha", interrogação inquieta que permanece no século XXI até aos nossos dias.

Tal é o lugar "natural" da História: em suma, poderosas razões internas à disciplina juntas com a apetência dos contextos culturais, levaram a História a ocupar um "espaço

¹⁰ A instituição do Império data de 1871, no seguimento da vitória da Prússia na guerra de 1870 contra a França.

¹¹ Note-se que no caso português José Mattoso dá especial relevo à acção do Estado na formação de uma identidade nacional própria. Escreve Mattoso: "o que cria e sustenta a identidade portuguesa é, de facto, o Estado", o que explicaria que "o processo de eclosão da consciência nacional tenha sido tão lento e a sua expressão popular tão tardia" (Mattoso, 1998: 82). O que vai no sentido da tese de Gellner, E. (1993). Nações e nacionalismo. Lisboa, Gradiva.. Permanece todavia a diferença considerável entre os "materiais" socio-culturais que os dois Estados, francês e português tinham que "processar" para "criar" e ainda mais para "sustentar" as identidades das duas nações. Mattoso já tinha deixado a indicação da importância do substrato anterior à acção "nacionalizante" do Estado, ao evocar a possível "existência de Portugal antes de Portugal": "não seriam já 'portugueses' os habitantes do futuro Portugal"? (Mattoso, 1991) . Para uma análise da "genealogia" da identidade portuguesa, ver Cabral, MVC, ver "A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 513 a 533.

¹² A. Graceffa descreve detalhadamente o duplo itinerário, divergente, das duas historiografias, alemã e francesa e dos respectivos papéis na elaboração dos mitos do que são, para Marc Bloch, "dois modelos culturais", ou dois "tipos de civilização". Agnès Graceffa, « Antiquité barbare, l'autre Antiquité : l'impossible réception des historiens français (1800-1950) », *Anabases* [En ligne], 8 | 2008, mis en ligne le 01 juillet 2011, <http://journals.openedition.org/anabases/138>

¹³ O facto que a História tenha tido a capacidade para provocar crises intelectuais profundas, alargadas a sectores e públicos bem mais vastos que o dos profissionais foi demonstrado também em França pelas obras de François Furet sobre a Revolução Francesa. Entre outras, Furet, F. (1978). Penser la Révolution française. Paris, Gallimard.

público"¹⁴ que não abandonou depois da época "heroica" novecentista. A História é pois "naturalmente" solicitada pelos dispositivos mediáticos, em cada ocasião de incerteza, de crise, de recomposição das memórias e das identidades. E porque o que traz a História é a intuição de senso comum que o que é resulta do que já foi, admite-se que o medievalista como o modernista ou o contemporaneista estejam habilitados para esclarecer o presente.

ESPAÇO PÚBLICO E FILOSOFIA

A acompanhar a presença da História no "Espaço Público" ou nos espaços públicos, a Filosofia conquistou um lugar de exceção. Mais uma vez, a criação cultural seguiu as linhas de força das situações nacionais, e uma disciplina como a Filosofia participou das questões que preocupavam os actores empenhados nesses espaços. Que a Germanidade focalizada na valorização da língua, tenha dado às filosofias alemãs um cariz marcadamente étnico não surpreende, se considerarmos que a questão era precisamente a da unidade cultural germânica. É precisamente a partir do "génio próprio da língua" e da procura da inspiração criadora nas origens germânicas dos povos de língua alemã que Herder, que foi discípulo de Kant em Königsberg e amigo de Goethe, desenvolve uma Filosofia da História centrada na evolução de cada povo em direcção a uma unidade original¹⁵. Concepção que haveria de ter uma influência essencial na cultura alemã, do século XVIII ao século XX e se manifesta ainda no presente¹⁶.

A filosofia em França tornou-se a oficina de elaboração da ideologia "explicativa" e justificativa do modo de constituição do moderno Estado francês: afirmado-o progressivamente como republicano, laico e sobretudo centralizador. O esmagamento das identidades regionais, das línguas minoritárias, não foram apenas impostos pela força das armas e da burocracia central; foram-no também pela filosofia que se fez filosofia política desde os seus inícios na idade contemporânea. Na fronteira entre filosofia da História e filosofia política as figuras de Rousseau, Condorcet, Montesquieu, marcam não só as "consciências nacionais" europeias como a jovem revolução americana (1776). Elas e outras com eventual menor destaque, tornaram-se os pontos de referência inesgotáveis da elaboração das nações contemporâneas. Na esteira dessa formação discursiva elaborase no espaço francês e nos espaços por ele influenciados a concepção "cívica republicana" da própria nação, que, ao contrário de recobrir um substrato étnico como na Alemanha, é encarada como um "contrato" voluntário de associação entre cidadãos livres, a passar por

¹⁴ "Espaço público": no prefácio de 1990 à 17ª edição da obra inicial Habermas, J. (1993). L' Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise.. Paris, Payot.), Habermas faz um balanço do debate desencadeado pela obra original e pelas seguintes. Habermas, J. (1992). ""L'espace public", 30 ans après." Quaderni 18(Automne 1992. Les espaces publics.): 161-191. .Habermas volta a reflectir sobre o conceito outros trinta anos mais tarde, na hora das redes sociais. Habermas, J. (1993). L' Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise.. Paris, Payot, Habermas, J. (2023). Espace public et démocratie délibérative : un tournant. Paris, Gallimard.

¹⁵ *Outra filosofia da história para a educação da humanidade*, de 1774 e *Ideias sobre a filosofia da história da humanidade* (1784 a 1791)

¹⁶ A ideia étnica de que todos os territórios habitados por povos de língua alemã são uma "pátria única" cujo "problema é a sua unificação espelha-se na concepção defendida na actualidade por V. Putin, para quem "onde se fala russo, é Rússia". Territórios pretendidamente "russos" (porque russófonos) que se trata de "re-unificar" (o prefixo é o sinal da ideologia).

cima das diferenças etno-culturais. A "Nação" é um "plebiscito de cada dia", é a expressão da vontade colectiva de viver juntos e de participar num projecto nacional. Como o exprime lapidarmente um Ernest Renan na famosa conferência da Sorbonne em 1882 intitulada: "*O que é uma nação?*". Renan opõe nesse texto clássico a concepção contratual "francesa" à conceção alemã sua contemporânea (como vimos acima), baseada na etnicidade comum, na cultura, na língua, na religião e com último fundamento, a raça, que condensa Fichte nos "*Discursos à Nação Alemã*" de 1807¹⁷.

Um rápido apontamento para retomar a diferença portuguesa nesse processo cultural europeu. A Filosofia em Portugal não dirigiu o seu esforço principal para as grandes questões da Filosofia clássica, Metafísica, Teoria do conhecimento, Ética, etc., o que talvez explique a ausência de figuras com o alcance de Leibnitz, Kant, Hegel, Husserl, Bergson, Russel, etc. A filosofia em Portugal deu origem a uma estirpe genuinamente nacional, a "Filosofia Portuguesa" cujo objecto central e obsessivo foi precisamente "Portugal", a problematização do carácter especial e até da necessidade da própria existência da Nação enquanto entidade quase mística dotada de um Destino maiúsculo. Encarnada por correntes como o "Saudosismo" a busca das marcas desse destino como base para a definição de um projecto nacional, prolongada por autores que estendiam pontes entre as épocas antigas e um presente problemático, a designada "Filosofia Portuguesa" criou no espaço público português um lugar para o intelectual inspirado e inspirador, capaz de olhar por cima do período salazarista e resgatar o que de essencial na "consciência nacional", vindo de longe, havia sobrevivido à instrumentalização fascizante.¹⁸ Essa Filosofia, de resto bem conhecida pelos leitores portugueses, sendo uma Filosofia da História para uso local, tinha um grande mérito: pegava no testemunho entregue pela História, na fronteira que esta não se permitia ultrapassar por causa da sua subordinação aos factos e às fontes. As interpretações ousadas, a abranger séculos e milénios, relativamente libertas da empiria, situaram uma formação discursiva que, mudando de estilo e de feição ao longo do século XX, preenchia o anseio de sentido de uma nação que se auto percepciona não como um facto ordinário, mas sim como um realidade ao mesmo tempo transcendente e ténue, quase improvável e como tal sempre em perigo de dissolução. O espaço público português acolheu os herdeiros dessa reflexão, os filósofos oraculares, capazes de interpretar as peripécias e os traumatismos que sucessivamente os anos e as décadas foram trazendo e de propor remédios à sua solidão.¹⁹

DOS GABINETES AO ESPAÇO PÚBLICO: FECUNDAS TRANSGRESSÕES

Nas três situações a que aludimos de modo excessivamente breve (Alemanha, França, Portugal), tanto a História como a Filosofia só puderam integrar o senso comum e as suas demandas especiais (dar sentido ao caos do real, responder a inquietações), mediante a

¹⁷ Os textos dos "*Discursos*" resultam de uma série de conferências dadas por Fichte em 1807 no contexto da ocupação napoleónica da Alemanha por Napoleão. 1807, ano de triste memória também por aqui... Hegel reforça a ideia de fundamento "biológico" "germânico puro" do espaço e do povo alemães e faz dele um elemento importante da sua Filosofia da História.

¹⁸ A problemática "Filosofia Portuguesa", inspirada entre outros por Teixeira de Pascoaes, que vai de Álvaro Ribeiro a Leonardo Coimbra, José Marinho e Agostinho da Silva entre muitos outros, representou uma tentativa de construir um mito nacional trans-histórico, tentativa que correspondeu a uma das épocas mais conturbadas da consciência nacional portuguesa.

¹⁹ Pense-se no mito do "Quinto Império" e na sua prevalência, de Pascoaes a Pessoa, por exemplo.

transgressão das fronteiras técnicas da disciplina e o compromisso com a exigência de método e de fundamentação que lhes são próprias.

Não surpreende que quando a História sai dos círculos profissionais, criteriosos e até cautelosos, para a vulgarização de massa, tenda a pactuar com um pensamento teleológico que, cedendo à projecção e à ideologia, preenche uma necessidade psíquica de coerência pelo menos relativa: a inscrição do que acontece numa sequência lógica, racional, ou quando mais não seja, racionalizável.

O mesmo aconteceu desde muito cedo e acontece ainda com a Filosofia quando, pela necessidade da passagem da comunicação não estritamente técnica, interna , para o espaço público, se torna Filosofia da História ou uma "antropologia filosófica". A Filosofia da História retoma, na fronteira onde pára a História, o testemunho histórico interpretativo agora liberto do constrangimento da fundamentação nas fontes, assim como a "antropologia filosófica" utiliza alguns conhecimentos adquiridos pela Antropologia para especular com liberdade sobre, entre outros temas, a Natureza Humana.

Variante desse pensamento globalizante (que extravasa a *disciplina* exigida pelas disciplinas...), é exemplo a Filosofia Política, que emana por assim dizer da Ciência Política, encerra, assumidamente ou de modo implícito, uma Filosofia da História. Foi sofregamente adoptada pelos espaços públicos como a parte da Filosofia que retoma da História factos que esta estabelecia, mas com as liberdades que a História não se permitia. Dois exemplos significativos da afirmação, no campo intelectual híbrido - académico e mediático - da Filosofia Política são Samuel Huntington e Francis Fukuyama. O primeiro extrai da História grandes tendências e complexos culturais para compor o cenário do "Choque das Civilizações"(Huntington 1993). O segundo, numa análise onde a escatologia do "Fim do Mundo" é revestida de elementos empíricos esparsos, anuncia que o Fim, o Apocalipse não está à nossa frente, mas já aconteceu, como indica o título que escolheu: "Fim da História, ou o último homem" (Fukuyama 1992). Mais que todo outro aspecto, foi a recepção que tiveram essas duas obras que constituíram um facto notável. Defesa e crítica das teses do "Choque" contribuem ambas para o seu imenso sucesso académico e sobretudo público. Amplificada pelos media, jornalistas e semi-especialistas, mesmo os que não se deram ao trabalho de ler a obra de Huntington, fizeram da fórmula-choque do "Choque" um lugar comum arrasador. O facto significativo é a manifesta correspondência, a "ressonância", entre as teses de Huntington e a consciência difusa mas cada vez mais premente nas sociedades ocidentais, do fosso cultural - e portanto político - que as separa dos mundos islâmico e confuciano, que poderá explicar pelo menos em parte o seu sucesso. Quanto às teses de Fukuyama (no essencial, o triunfo do "Ocidente" em toda a linha), desmentidas pelos factos que sobrevieram quase de imediato na cena mundial, criticadas em todos os círculos mediáticos e académicos, ficaram ainda assim como um marco significativo: o "público" adorou a ideia. Nem os historiadores profissionais nem as críticas dos sociólogos, dos economistas, dos filósofos puderam conter esse efeito de recepção. Pretendo que essas obras concretas são os *protótipos* do que o espaço público anseia e procura, agora que esse espaço dominado por uma mediatização cada vez mais profunda, se mostra pronto a receber as vastas interpretações cuja fundamentação em definitivo não importa. A presença da Filosofia Política no espaço mediático herda e prolonga essa tradição especulativa que se pretende pragmática, aplicada ao presente,

em parte transgressiva das regras científicas "normais", as da Ciência Política, com a qual as fronteiras são por vezes indiscerníveis.

A SOCIOLOGIA NO EXÍLIO (DOS GABINETES)

E é neste ponto que convém retomar a interrogação que era o nosso ponto de partida: porque é que a Sociologia, ao invés da História e da Filosofia, não conseguiu conquistar no espaço público / mediático um grau de visibilidade e um peso intelectual comparáveis? E porque é que os sociólogos ficaram em grande medida à margem desses debates que dominaram o espaço público e nele incessantemente se reactivam sobre as "identidades e consciências nacionais", o "choque das civilizações", o "triunfo do Ocidente" - ou o seu declínio?

Algumas razões digamos externas, da menor aceitação da Sociologia no espaço público em geral são óbvias: disciplina mais recente, sem tradição académica independente até muito tarde (de facto, até à segunda metade do século XX), a Sociologia não teve um lugar, na educação pré-universitária, comparável às outras Humanidades. É provável que a postura crítica, por vezes radical, das estruturas sociais e das instituições contemporâneas que a Sociologia cultivou, a tornou menos "apetecível" que a História para os shows mediáticos. Um diálogo entre duas grandes figuras intelectuais - R. Chartier e P. Bourdieu - situa utilmente os pontos de contacto e as diferenças de abordagem das duas disciplinas, mas também, de modo interessante, as razões da diferença de aceitação pelos media e da recepção pelos públicos. São cinco sessões na emissão "A voix nue" da estação de rádio *France Culture* em 1988, transcritas e editadas 12 anos mais tarde sob o título "O sociólogo e o historiador" por R. Chartier (Bourdieu and Chartier 2010). Uma expressão irónica de P. Bourdieu resume as razões que, a seu ver, explicam a melhor recepção da História comparada com a que tem a Sociologia revelada na maior presença dos historiadores nas cenas mediáticas, enquanto o apelo aos sociólogos é mais raro. É que o historiador *conta histórias*, onde o sociólogo *causa polémicas*: "L'historien raconte des histoires et le sociologue fait des histoires".

Mas existem porventura razões internas à disciplina, que concernem às suas grandes orientações intelectuais. A Sociologia escolheu entre duas linhas de desenvolvimento, nomeadamente delineadas por Durkheim, a mais empírica e particularista, a que presidiu à escrita do "Suicídio"; e a que ficou em pousio durante mais de meio-século que, de Marx a Weber e Simmel, orientava a outra vertente do projecto durkheimiano, a da "Divisão do trabalho social" e sobretudo a das "Formas elementares da vida religiosa". Esta era guiada pela ambição de uma teoria geral das sociedades que escapasse dos atoleiros teológico-evolucionista e teleológico novecentistas, como o de Comte. Em vez de estudos empíricos centrados num objecto parcial (como fazia o "Suicídio"), Durkheim dava na "Divisão" e nas "Formas" à Sociologia uma ambição e um alcance antropológicos, que o seu sobrinho Marcel Mauss havia de prolongar. O longo eclipse provocado pela tragédia da Segunda Guerra Mundial deixou na sombra, na margem oriental do Reno, as obras ambiciosas da Escola de Frankfurt, muito afins à Filosofia. Quando as transformações demográficas, políticas, económicas e culturais do segundo pós-guerra se revelaram com toda a sua radicalidade, o panorama intelectual no qual resurge a Sociologia é outro: é a afirmação da sociologia empírica norte-americana. Os métodos de inquérito e os tratamentos estatísticos sofisticados moldaram os novos contornos dominantes da Sociologia:

definição de objectos de estudo restritos, abandono das teorizações gerais²⁰, inquéritos por questionário, quantificação. Largando as amarras da grande História e da Filosofia, mas abandonando também a sua própria ambição teórica geral, a Sociologia torna-se uma disciplina de técnicos, de peritos, de especialistas de micro-especialidades, movimento paralelo ao que enformou as disciplinas científicas das ciências "duras". O número de "Sociologias de...X" explodiu. Pela necessidade interna do aprofundamento dos conhecimentos particulares e da especialização, a Sociologia que seguiu o destino comum às ciências que mergulharam num vórtex que obriga os ultra-especialistas a "saber quase tudo sobre quase nada"²¹.

Longe ficaram os intelectuais públicos que, apoiados na Sociologia, foram ainda figuras que agora nos parecem já tão "antigas" como H. Lefebvre, A. Touraine, P. Bourdieu, E. Morin, R. Aron; em Portugal um A. Sedas-Nunes.²²

O estatuto desses sociólogos (e seus homólogos) nos respectivos espaços públicos evoluiu em duas direcções principais. A primeira, foi a de "consciência crítica" das sociedades do seu tempo, encarnada na Europa entre muitos outros por Lefebvre, Morin e Bourdieu enquanto re-fundadores de uma Sociologia teórica, desfasada em relação ao empirismo dominante dos estudos quantitativos de objectos parcelares. A segunda foi a de anunciantes dos "novos tempos" navegando entre a prospectiva e o profetismo, que os tornava úteis para os dirigentes de classes intelectuais dos partidos da esquerda social-democrata. Conselheiros do Príncipe foram Sedas-Nunes (com o catolicismo progressista antes e depois de 74), Touraine, teórico da "sociedade Pós-industrial" e "cabeça pensante" de um certo Partido Socialista francês, Giddens inspirador da Terceira Via do "Tory" Tony Blair.

Pela sua natureza de crítica das sociedades actuais, de denunciaçāo das formas de dominação social e das desigualdades, a Sociologia crítica dos Lefebvre e Bourdieu não "cabia" nos formatos mediáticos nem na ideologia que lhes é subjacente. Acresce que a orientação "crítica", alinhada de início e durante mais de meio-século com o marxismo e a orientação "de esquerda" da maior parte dos sociólogos, os tornou incapazes de levar a sério certas questões que preocupavam os seus contemporâneos, que a História e a

²⁰ É notável a excepção de Talcott Parsons, que ambiciona uma teoria geral da sociedade fundamentada na Teoria dos Sistemas. Êxito institucional e intelectual, as suas obras foram pouco a pouco passando de moda e arrumadas nos Gabinetes de Antiguidades. O "ar dos tempos" já não as acolhia e a sua operacionalização não foi bem sucedida no mundo dos estudos empíricos concretos quantitativos.

²¹ A sensação de perda da visão de conjunto nas ciências é antiga. Uma referência histórica que não pude consultar directamente, atribui a expressão a W. J. Mayo. : *The Reader's Digest* Volume 6, 1927, Pg. 406: *Dr. William J. Mayo, of the Mayo Clinic, Rochester, Minn.*: "A specialist is a man who knows more and more about less and less.". O limite desta tendência encontra-o "An expert [...] who knows more and more about less and less until he knows absolutely everything about nothing". (Google Books).

Thomas Bateman, "Scientists tend to superspecialize—but there are ways they can change", [The Conversation](#), in <https://phys.org/>, 5-12-2015. Bateman refere-se nomeadamente às posições de E. O. Wilson, que adverte para o fechamento dos científicos (e das ciências) em "silos" estanques em que perdem a capacidade para ver as questões mais gerais que enquadram os seus trabalhos. Em E. O. Wilson, *Consilience The Unity of Knowledge*, New York, Penguin Books, 1999. Mais perto de nós, mesmo protesto da parte de E. Morin: *La Methode* T.1 *La Nature De La Nature*; *La Méthode* t.2: *La Vie de la vie*. Paris, Seuil, 1981.

²² É interessante notar as "origens disciplinares" desses sociólogos. Lefebvre, Morin, Aron e Bourdieu foram formados como filósofos, Touraine é "originário" da História, Sedas-Nunes, economista. Um caso algo diferente é no Reino Unido um Giddens, que se iniciou na fronteira com a psicologia antes de se tornar conselheiro do príncipe.

Filosofia tinham aceitado tratar no espaço público. Refiro-me às já evocadas "identidades nacionais", descartadas porque vistas como abrindo a via aos nacionalismos, ou do "choque das civilizações", terreno minado que traz com ele o perigo da recusa dos outros. Mas as questões não desaparecem por magia. Ao recusá-las para não alimentar as correntes ultra-conservadoras, a Sociologia tem-se limitado a negar qualquer interesse ou fecundidade a questões que estiveram no centro dos debates públicos e se impõem agora com uma força e uma urgência renovadas. A Sociologia não abandona o terreno apenas à História e à Filosofia política (o que seria um mal menor), mas sobretudo às correntes conservadoras radicais que surgem como as únicas capazes de responder às angústias identitárias das populações desorientadas pelas mudanças profundas e rápidas que as impactam²³.

A outra linha de desenvolvimento da Sociologia, assimilada aos projectos políticos de certos partidos, tributária das circunstâncias cambiantes, acabou por ficar ligada ao destino dessas ideologias políticas e perdeu pé. No panorama intelectual que seguiu o relativo apagamento dessas sociologias de alcance teórico geral, sobreviveu e prosperou uma sociologia de peritos e de técnicos. Produtores de conhecimento sobre objectos cada vez mais restritos, os sociólogos "alimentam" com os seus resultados a esfera pública que os procura pontualmente, caso a caso. Mas a difusão desses resultados empíricos foi pouco a pouco transferida para o jornalismo, que substitui no espaço público os autores dos estudos. O próprio papel de "peritos" é cada vez mais desempenhado pelo jornalismo "especializado" que "lê e digere" o que os sociólogos escrevem para uso interno (os colegas que os lêem) e o transforma em resumos e sinopses aceitáveis pelo medium. O sucesso do vocabulário dos estudos sociológicos quantitativos (amostras, categorias socio-profissionais, percentagens, opinião, tendências...), passou para a linguagem jornalística e até para o discurso do homem da rua. Mas esse sucesso tem um elevado custo: falar "sociologês" é quanto basta para preencher o quinhão de "factos" que dá ao discurso mediático a aparência da seriedade científica. Na transposição do discurso dos sociólogos para o plano mediático surgem fenómenos que denunciam a tentação de pôr de parte a Sociologia e o seu objecto – o Social – inventando um domínio da vida das sociedades que excederia o Social: o “Societal”. Este seria o domínio das grandes mudanças sociais, que se situam, paradoxalmente, não numa esfera superior ao social, mas num aquém do Social. Não na esfera do comum mas no plano “doméstico”, do individual e até do íntimo: do infra-social. A “invasão do societal” que evoca Chantal Delsol, cuja aceleração data precisamente dos anos 2010, corresponde ao abandono do social e à obliteração do plano em que se situam os objectos específicos da Sociologia: “Querer substituir o social pelo societal, é imaginar que só conta a vida doméstica, e recusar de uma maneira ou outra a vida política. No fundo, a mudança de que falamos traduziu um aspecto desta tendência contemporânea: o abandono da causa comum” (Delsol 2014),

Na era do "Digest" mediático que prescinde à partida da leitura exaustiva das obras e pretende substituir-se-lhes junto dos públicos não especializados, a *doxa* do societal invade a ignorância mediática liberta das exigências da disciplina. As inteligências artificiais revelam a natureza técnico-espistemológica desse trabalho de simplificação

²³ Nomeadamente na Europa, onde a transferência de soberania, o sentimento de alienação dos povos em relação à União Europeia, têm sido habilmente explorados pelas extremas-direitas. O ponto crucial reside aqui mesmo: aproveitados, explorados, não inventados pelos extremismos.

vulgarizadora. Depois de o jornalista ter substituído na cena pública o sociólogo, são agora as IA que substituem o jornalismo.

ULTRAPASSAR O DILEMA DE SABER "QUASE TUDO SOBRE QUASE NADA"

A eficácia e a fecundidade dos estudos empíricos monográficos de realidades parcelares tem, em todas as ciências, um custo interno - a perda do horizonte de generalização teórica e um custo externo - a perda de "utilidade" na elaboração de um senso comum largamente partilhado. O paradoxo do contraste entre o rigor e a eficácia do estudo do objecto restrito e a aparente irrelevância de muitos dos resultados obtidos para a compreensão geral do campo em que se situam, que impedem que o espaço público elabore um sentido geral a partir dessa massa de conhecimentos, explica a ausência relativa de todas as disciplinas que foram, como foi a Sociologia, arrastadas pelo movimento irresistível da ultra-especialização.

A ultrapassagem desse dilema (entre o particular aprofundado e o geral ausente) fez-se na Antropologia, por exemplo, com a mobilização por C. Lévi-Strauss de todas as versões dos mitos descritas pelos etnógrafos do mundo inteiro, para elaborar uma teoria geral da mitologia. E, mais uma vez, na História. Braudel insistia no papel decisivo que a disponibilidade de uma massa considerável de *boas* monografias (estudos parciais aprofundados de objectos restritos), teve na elaboração da sua síntese sobre o Mediterrâneo (Braudel 1993). Não foram outras as condições que tinham que estar preenchidas para que pudesse ser lançado um projecto tão amplo como a "História de Portugal" dirigida por José Mattoso.

A Sociologia espera há muito que do enorme acervo empírico parcelar já adquirido sejam retiradas as consequências teóricas que, sem ele, mais não teriam podido ser senão a enésima versão das filosofias da história, ou das teorias pré-empíricas. É possível que a obra de Bernard Lahire, *Les structures fondamentales des sociétés humaines* (Lahire 2023) represente um passo importante na nova síntese que parece corresponder a uma necessidade sentida pelos sociólogos, ao mesmo tempo que acorda velhas querelas (como a da relação entre sociologia e biologia, psicologia, etc.), a avaliar pela recepção que lhe tem sido reservada.

O LUGAR DAS DISCIPLINAS E O "INTELECTUAL PÚBLICO": UMA ANTINOMIA

O atravessamento das fronteiras epistemológicas e técnicas das disciplinas faz-se em duas direcções. A primeira, já evocada acima, é a da vulgarização, que exige compromissos com a exactidão e, claro, a exaustividade, em benefício da comunicação dirigida a públicos com graus muito heterogéneos e por vezes nulos, de literacia científica. A segunda é mais subtil e é a que nos interessa sobretudo aqui: a da assunção do papel de "intelectual público" por especialistas de um determinado campo científico, que intervêm na "esfera pública" (Habermas) sobre questões que podem ser completamente estranhas à sua disciplina. Requisito exigido para esse papel, a reputação científica no seu próprio domínio científico equivale a um certificado de excelência intelectual que a sociedade e os media assumem como garantia de qualidade dos discursos, mesmo que na vasta maioria dos casos o "intelectual público" se exprima sobre temas que ficam de fora até das fronteiras da sua pertença disciplinar. Segundo requisito, o reconhecimento como tal

exige do intelectual público a detenção de um importante capital cultural e sobretudo muito mais abrangente que o domínio científico especializado em que se formou e obteve notoriedade. Por vezes até completamente exterior ao seu campo disciplinar próprio. Neste ponto intervêm dois factores de limitação da capacidade da Sociologia para ocupar um lugar de destaque na esfera pública. O primeiro é sincrónico e tem que ver com o *ethos* científico da disciplina. É - até psicologicamente - mais difícil a um sociólogo profissional pronunciar-se sobre um tema, uma questão que não estudou de acordo com as normas internas da disciplina, do que a um historiador falar sobre uma época de que não é especialista. *A fortiori*, é mais delicado (e deontologicamente mais desconfortável) para o sociólogo pronunciar-se sobre questões que estão fora do seu domínio particular de estudo, do que o é para um filósofo em circunstâncias semelhantes²⁴.

O segundo factor, diacrónico, está inscrito no processo de profissionalização específico da Sociologia que tendeu a privilegiar, como acima referimos, o perfil do "perito", o especialista operacional, técnico, ao do potencial "intelectual público". A formação centrada na técnica, no conhecimento de uma literatura cada vez mais abundante da sua (futura) especialidade, vai deixando de fora a aquisição de uma Cultura Geral que se torna sinónima de generalidades sem efeito e de perda de tempo. Ora, como vimos, a cultura geral é o espaço intelectual "fora da cerca" que não só permite e legitima a intervenção na esfera pública para além da estrita especialidade como, no próprio processo de criação científica especializada, garante a fecundidade e a elaboração de novas problemáticas.

Observando de perto os "universos mentais" nos quais se inserem, se movem e se fecham muitas vezes as teses de mestrado e os doutoramentos, somos forçados a reconhecer uma extraordinária aridez, e a gritante falta de perspectivas abrangentes. Fenómeno de que Portugal não possui a exclusividade. Claro que existem raras e honrosas excepções. É por conseguinte duvidoso que esses futuros profissionais tenham o cabedal intelectual que os habilite para a participação vigorosa, bem fundamentada e pertinente na esfera pública. Terá a Sociologia seguido, na maioria dos casos, na Europa como nas Américas, um caminho errado perante as novas configurações sociais, políticas e científicas da segunda década do século XXI?

Bloch, M. (1949). Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien. Paris, Armand Colin.

Bourdieu, P. and R. Chartier (2010). Le sociologue et l'historien. Marseille Agone.

Braudel, F. (1986). L'identité de la France. Tome 1 : Espace et histoire. Tome 2 : Les hommes et les choses.. Paris, Arthaud-Flammarion.

Braudel, F. (1993). La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. Paris, Le Livre de Poche.

Delsol, C. (2014). "Social et « Sociétal » : un trompe l’ œil ou une évolution ?". Paris, Académie des Sciences Morales et Politiques, Séance du lundi 13 octobre 2014

²⁴ O papel dos escritores e da literatura no espaço público, tratando-se justamente de dar sentido a situações problemáticas e a crises sociais, revela claramente a importância da cultura geral na legitimação dos intelectuais. Não se espera deles que fundamentem os seus pontos de vista na ciência. O seu impacto provém da captação do espírito do tempo e das preocupações dos seus contemporâneos.

- Fukuyama, F. (1992). End of History and the Last Man.. New York, The Free Press.
- Furet, F. (1978). Penser la Révolution française. Paris, Gallimard.
- Gellner, E. (1993). Nações e nacionalismo. Lisboa, Gradiva.
- Goody, J. (1977). La raison graphique. La domestication de la pensée sauvage. Paris, Minuit.
- Goody, J. (1986). La logique de l'écriture. L'écrit et l'organisation de la société, Paris, 986. Paris, Armand Colin.
- Habermas, J. (1992). ""L'espace public", 30 ans après." Quaderni 18(Automne 1992. Les espaces publics.): 161-191..
- Habermas, J. (1993). L' Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise.. Paris, Payot.
- Habermas, J. (2023). Espace public et démocratie délibérative : un tournant. Paris, Gallimard.
- Herculano, A. (1980). História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso iii, vol. I, prefácio e notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Bertrand.
- Huntington, S. P. (1993). ""The Clash of Civilizations?".," Foreign Affairs(Summer 1993).
- Lahire, B. (2023). Les structures fondamentales des sociétés humaines. Paris, La Découverte.
- Mattoso, J., Ed. (1992-1994). Mattoso, José (dir.). História de Portugal. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, J., Ed. (1998). A identidade nacional, 1.ª ed., , Lisboa, col. «Fundação Mário Soares». Lisboa, Fundação Mário Soares
- Gradiva.
- Nora, P. (2011). Historien Public Paris, Gallimard.